

## Visão Geral do Esboço da Declaração dos Princípios de Catalogação<sup>1</sup>

**Barbara B. Tillett**

*Chefe, Políticas de Catalogação & Escritório de Suporte  
Biblioteca do Congresso  
para o 5º. IME ICC, Pretória, África do Sul  
14–15 de Agosto de 2007*

Eu mencionei anteriormente que a IFLA tem sido o centro para o desenvolvimento de normas bibliográficas internacionais por muitas décadas. Em 1961 realizou o encontro de especialistas em catalogação em Paris que resultou no famoso “Princípios de Paris”, como conhecemos hoje. Esses princípios propiciaram os fundamentos do início de todos os maiores códigos de catalogação usados em nível mundial. Isso foi um passo inacreditável para a harmonização em nível global das práticas de catalogação, e que permanece ainda com um notável valor.

Deixe-me lembrar para vocês os tópicos cobertos em 1961 nos Princípios de Paris. As seções dos Princípios de Paris foram:

- Abrangência
- Função
- Estrutura do Catálogo
- Tipos de Entrada
- Uso de Múltiplas Entradas
- Escolha de Cabeçalho Uniforme
- Autor Individual
- Entrada para Entidades Coletivas
- Autores Múltiplos
- Entradas por Título, Cabeçalhos Uniformes, etc.
- Entrada para Nomes Individuais

Isso cobriria a maioria das entradas e formas de cabeçalhos.

Nesses dias nós não tínhamos limites para um catálogo de fichas linear, como eles eram em 1961, dessa forma IFLA tem realizado novamente uma série de encontros internacionais para rever esses princípios que devem subsidiar os profissionais num mundo digital atual.

Iniciado em Dezembro de 2003 e revisado novamente em Setembro de 2005, IFLA produziu um esboço para a declaração internacional dos princípios de catalogação que está sendo revisado por especialistas em catalogação em nível mundial. Essa nova declaração atualiza e reafirma em muito os Princípios de Paris de 1961, mas trazendo

---

<sup>1</sup> Tradução feita pela Bibliotecária Márcia Rosetto, Presidente da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições – FEBAB, maio de 2008.

nesse momento em concordância com os conceitos do FRBR (Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos) e focando a ambiência dos atuais catálogos on-line e planejando para os futuros sistemas que devem ter mais vantagens em termos de capacidade. Os novos sistemas devem oferecer para os usuários melhores instrumentos para pesquisa e recuperação e uma melhor navegação através do universo bibliográfico.

Os objetivos dessa série de encontros regionais da IFLA é para ampliar a habilidade de intercâmbio de informações bibliográficas em nível mundial por meio da promoção de normas para os conteúdos de registros bibliográficos e de autoridades usados nos catálogos de bibliotecas.

Os objetivos são para:

- Desenvolver e posteriormente revisar e atualizar o esboço de 2003 da Declaração dos Princípios advindos do encontro de Frankfurt – o último esboço é de Setembro de 2005
- Também ver se nós nos aproximamos conjuntamente quanto às práticas de catalogação e para
- Elaborar recomendações para que seja possível ter no futuro um Código de Catalogação Internacional
- Isso seria um código para elaboradores de códigos – identificar as regras que nós poderemos acordar para que sejam aplicadas em todos os códigos de catalogação.

Até o momento já foram realizados 4 encontros regionais e o encontro de hoje é o quinto. Os relatórios desses encontros estão disponíveis de forma impressa na Editora Saur. Cada encontro também está disponível no Website.

O primeiro foi em Frankfurt, Alemanha para os elaboradores de regras e especialistas em catalogação da Europa. Foram 54 especialistas de 32 países Europeos, assim como tivemos representantes das Regras de Catalogação Anglo-Americano da Grã Bretanha, Austrália, e dos Estados Unidos. Os relatórios dos encontros e os trabalhos realizados estão disponíveis no Website [http://www.d-nb.de/standardisierung/afs/imeicc\\_index.htm](http://www.d-nb.de/standardisierung/afs/imeicc_index.htm).

O 2o. encontro regional foi em Buenos Aires, Argentina em Agosto de 2004, com a participação de 45 pessoas, incluindo representantes nacionais de 14 países da América Latina e Caribe. Adicionalmente alguns países participaram nas discussões de forma on-line no ano passado. Maiores informações em Inglês e Espanhol estão disponíveis no Website dos encontros : <http://www.loc.gov/imeicc2>

O 3o. encontro regional foi realizado no Cairo, Egito, em Dezembro de 2005, e tivemos 95 pessoas registradas, incluindo representantes nacionais de 17 países do Oriente Médio. Adicionalmente alguns países estão participando nesse momento das discussões de forma on-line e votando sobre as mudanças recomendadas para o esboço e Glossário. Maiores informações em Inglês e Árabe estão disponíveis no Website dos encontros <http://www.loc.gov/loc/ifla/imeicc/>

O 4o. encontro regional foi para os países asiáticos. Foram 61 elaboradores de regras e especialistas em catalogação convidados e 44 participantes de Seul, Coreia do Sul. O encontro foi realizado na Biblioteca Nacional da Coreia do Sul e contou com 30

assistentes voluntários com apresentações em 4 línguas simultaneamente. Os representantes vieram de 12 países asiáticos e de mais 4 países para o Comitê de Planejamento. O relatório desse encontro está disponível em Chinês, Inglês, Japonês, e Coreano. O Website está localizado no <http://www.nl.go.kr/icc/icc/main.php>.

Agora estamos participando do 5o. e último encontro IME ICC para os países da África Sub-Saara antes do congresso IFLA em Durban. Esse encontro está sendo organizado pela Biblioteca Nacional da África do Sul em Pretória. Nós temos 53 participantes convidados de 27 países, e 28 de vocês aqui em Pretória são de 10 países, mais 4 membros representando os membros da Comissão Organizadora. Adicionalmente nós temos 6 voluntários. Os anais estão em Inglês, Francês, e Português. O Website é <http://www.imeicc5.com>.

Os participantes de todos os encontros tem encontrado um processo muito excitante, e nós esperamos que possam proporcionar um guia para simplificar as práticas de catalogação e implementar as experiências dos usuários para encontrar as informações que necessitam. Nós esperamos uma declaração final em 2008, após a realização das discussões em nível mundial do esboço recomendado.

A Figura 1 mostra a relação do esboço IFLA atual para os Princípios Internacionais de Catalogação.

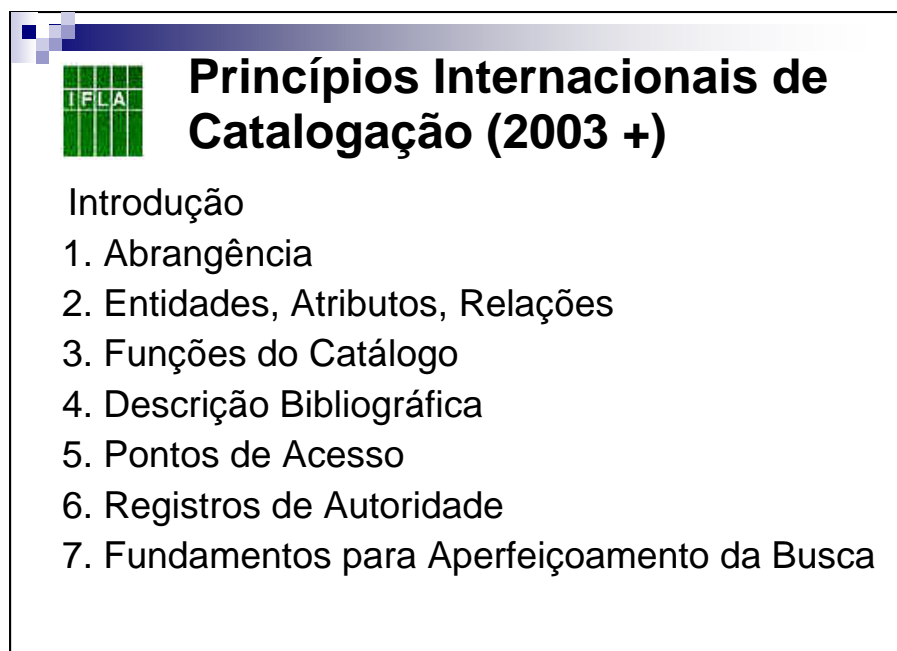


Figura 1

Vamos dar agora uma rápida verificação o que é essa Declaração dos Princípios de Catalogação Internacional. Eu gostaria de mostrar a influência do FRBR nos princípios. Primeiramente na Introdução é indicado que os princípios são compreendidos para aplicar na descrição e acesso para todos os tipos de materiais – diferente dos Princípios de Paris que são basicamente para textos. Também esses novos princípios cobrem o

acesso, e não apenas para escolha e forma do cabeçalho e do registro bibliográfico, mas agora também para os registros de autoridade.

Essa condição mostra que os princípios são construídos na grande tradição de catalogação e nos modelos conceituais do FRBR, FRAR (Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade), e no futuro FRSAR (Requisitos Funcionais para Dados de Assunto) – todos são fundamentais e nós entendemos que vão prover recursos básicos para a organização da informação e prover acesso controlado e relacionamentos bibliográficos.

Nesse contexto, além de lembrar que isso é para todos os tipos de recursos e significa um guia para o desenvolvimento de códigos de catalogação, os princípios também são importantes para a construção de códigos de catalogação considerando a conveniência para os usuários. Ele reconhece que algumas vezes existem outros princípios que devem ser seguidos e que algumas vezes também a conveniência para um usuário difere do que seja conveniente para outros usuários, mas o usuário deve ser sempre o foco central para nos guiar.

A terminologia para o esboço de uma Declaração de Princípios segue o FRBR – entidades, relacionamentos, atributos, etc. A terminologia FRBR deve ser seguida mesmo para o ponto de indicação de um registro bibliográfico em separado que é usualmente feita para cada manifestação, mas esse registro pode estar num nível de uma coleção ou um trabalho individual ou um componente de trabalho (Figura 2).

## 2.1 Entidades nos Registros Bibliográficos

### ■ Entidades FRBR

- Trabalho
- Expressão
- Manifestação
- Item



#### ■ 2.1.1. Registros bibliográficos separados para cada manifestação

- Coleção
- Trabalho individual
- Componente



Figura 2

As entidades são descritas ou identificadas não somente nos registros bibliográficos, mas também entidades indicadas em registros de autoridades, e as entidades FRBR são atualmente relacionadas (Ver Figura 3).

## 2.2 Entidades em Registros de Autoridade

### ■ Formas controladas dos nomes

- Trabalho
- Expressão
- Manifestação
- Item
- Pessoa
- Família
- Nome Corporativo
- Conceito
- Objeto
- Evento
- Lugar

Tag	IL	SL	Subfields Data
010			\$a n 80050515
035			\$a (DLC)n 80050515
040			\$a DLC \$c DLC \$d DLC \$f NDC
100	0		\$a Confucius
400	0		\$a Konfuzius
400	0		\$a K'ung Fu-tzu
400	0		\$a Kongzi
400	1		\$a Kong, Qiu
400	0		\$a K'ung-tzu
400	1		\$a K'ung, Ch'iu
400	0		\$a K'oshi
400	0		\$a Konfu 't' si 'i
400	0		\$a Kongja
400	0		\$a Kung Fu
400	1		\$a K'ung, Fu-tzu
400	0		\$a Confucio
400	0		\$a Konfuzius
400	0		\$a 孔夫子
400	0		\$a 孔丘
400	0		\$a 孔子
400	0		\$a 孔
670			\$a Jähns, P. W. Kritik an Lin Piao und Konfucius, c1983: \$b t.p. (Konfuzius)
670			\$a Konfu 't' si 'i, 1993: \$b t.p. verso (551-479 B.C.)
670			\$a Hsi Geng-ache (Sun y'ü), 1930: \$b t.p. (Sungfutsse)
670			\$a 孔子 connection \$u <a href="http://www.friislan.com/confuci.htm">http://www.friislan.com/confuci.htm</a>
700	0		\$a \$f Natl. Lib. of China



Figura 3

Os atributos das entidades e relacionamentos são descritos – para foco no atributo do que **identificar** a entidade (essa é uma tarefa primária do usuário FRBR), e limita os relacionamentos a serem considerados com significância bibliográfica.

## 2.3 Atributos e 2.4 Relacionamentos

### ■ Atributos

- Identidade da entidade
- Dados dos elementos nos registros bibliográficos e autoridades

### ■ Relacionamentos

- Significância bibliográfica
- Identificação através do catálogo



Figura 4

### 3. Funções do Catálogo

- Viável para um usuário para
  - Encontrar
  - Identificar
  - Selecionar
  - Obter
  - Navegar
  
- Tarefa para usuário FRBR



Figura 5

A Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação vai relacionar as funções do catálogo – novamente nos termos do FRBR: ser viável para o usuário encontrar, identificar, selecionar, obter, e navegar (ver Figura 5). Posteriormente não será especificado nas tarefas de usuários FRBR, mas está implícito nos relacionamentos.

### 4. Descrição Bibliográfica

- 4.1. Descrição baseada na norma internacional acordada
  - ISBDs para comunidade de bibliotecas
- 4.2. Pode ter vários níveis de completeza, baseado no propósito do catálogo ou base bibliográfica

Figura 6

A Figura 6 mostra as edições cobertas pela seção 4 do esboço dos Princípios. Notifica que para uma descrição bibliográfica é condição base fazer descrição usando uma norma acordada internacionalmente, e para as bibliotecas são as Normas Internacionais para a Descrição Bibliográfica (ISBD). Essa informação é fornecida nas notas de rodapé, porque nós queremos que esse conjunto de princípios sejam aplicados entre as bibliotecas.

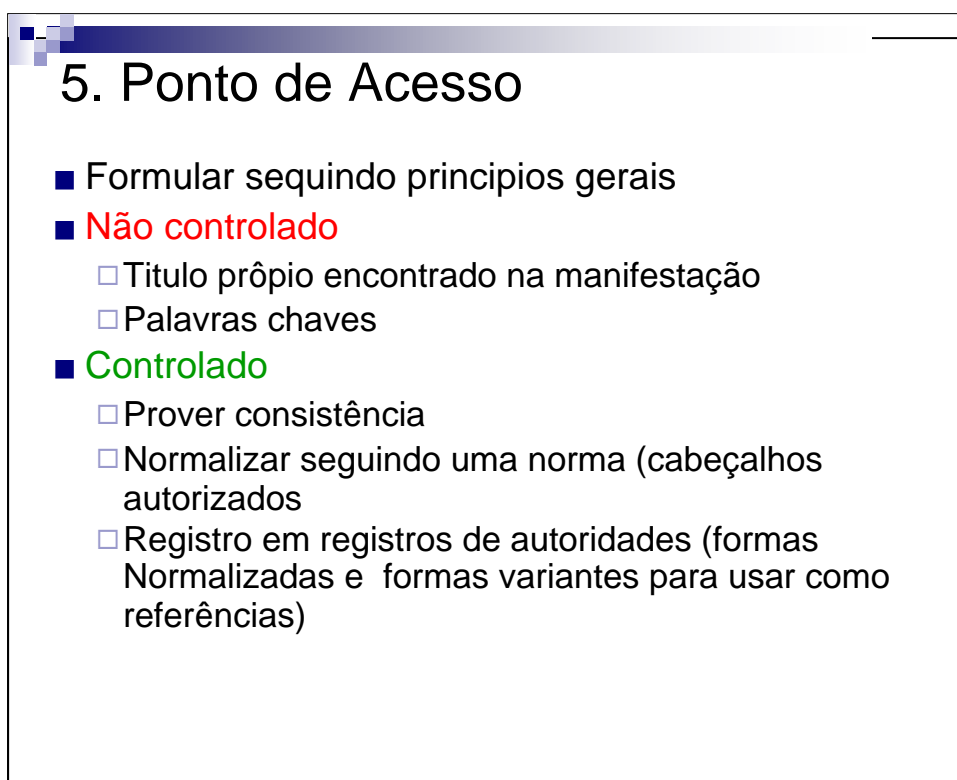


Figura 7

Na seção 5 dos Princípios é feito de forma clara pois nós queremos ter vantagens de ambas situações dos pontos de acesso controlado e não controlado e porque queremos oferecer vocabulários controlados (ver Figura 7).

Figura 8 mostra mais especificamente sobre titulos e nomes de criadores das obras.

## 5.1.1 Escolha do ponto de acesso

### ■ 5.1.1.1. Registro bibliografico

#### ■ **Titulos**

- Titulos controlados das obras e expressoes
- Titulos de manifestacoes (normalmente nao controlado)

#### ■ **Nomes (controlados dos criadores das obras**

- Entidade coletiva como criadores
  - Limitado para expressoes do pensamento coletivo ou atividade coletiva da entidade, mesmo que assinadas por uma pessoa no exercicio de sua funcao como servidor da entidade, ou
  - Quando a redacao do titulo, em conjuncao com a natureza da obra, significa claramente que a entidade e responsavel coletivamente pelo conteudo da obra

Figura 8

A Figura 9 continua apontando as razões porque devemos ter pontos de acesso controlados.

## 5.1.1 Escolha do ponto de acesso

### ■ 5.1.1.1. Registro bibliográfico, continuação

- Adicionalmente, pontos de acesso para formas autorizadas de nomes de outras pessoas, famílias, entidades coletivas, e assuntos são considerados importantes para
  - Encontrar
  - Identificar
  - Selecionaro registro bibliográfico descrito

Figura 9



## 5.1.1 Escolha do ponto de acesso

- 5.1.1.2. Registro de autoridade
  - Formas autorizadas do nome para a entidade
  - Formas variants do nome
  - Nomes relacionados

Figura 10

A Figura 10 fornece os princípios paralelos para a escolha de pontos de acesso para registros de autoridades. A Figura 11, 12, e 13 oferecem mais diretrizes para a formação de cabeçalhos autorizados (e pode ser que nós deveremos mudar essa linguagem de “cabeçalhos” para “pontos de acesso”).

## 5.1.2 Cabeçalhos autorizados

- Nome que identifica a entidade de forma consistente, em que
  - Predominantemente é encontrado nas manifestações, ou
  - Nomes reconhecidos e adequados aos usuários do catálogo (ex. “nome convencional”)
- Complementando a identificação das characteristics adicionadas, de necessário, distinguir da entidade, outras do mesmo nome

Figura 11

### 5.1.2.1 Cabeçalhos Autorizados

- Se a entidade usa nomes variantes ou formas variantes de nomes, escolher um cabeçalho autorizado para cada pessoa distinta
  - Preferir o nome conhecido em vez do nome oficial
  - Ou usar o nome oficial quando não houver indicação de um nome mais conhecido ou nome convencional
- Se a entidade coletiva tiver usado diferentes nomes em períodos sucessivos (não considerados pequenas variações) considerar cada nova variação da entidade ligando os registros de autoridades com a referência ver também (anterior/posterior)

Figura 12

### 5.1.2.2 Cabeçalhos Autorizados - Obras

- Se existen títulos variants de uma obra, um título deve ser escolhido como título uniforme

Figura 13

Na próxima seção (ver Figura 14) assegurar a introdução de referências ou display alternativo para formas variantes dos nomes para os usuários dos registros.

### 5.1.2.3 Referências

- Formas variantes não selecionadas como cabeçalhos autorizados devem ser incluídas no registo de autoridade para serem usadas como referência ou display de formas alternativas.

Figura 14

A Seção 5.1.3 no esboço cobre a língua e escrita preferida (ver Figura 15)

### 5.1.3 Língua

- Quando o nome está em várias línguas, preferir
  - A encontrada nas manifestações de expressão na língua e escrita original, mas
  - Se não for normalmente usada no catálogo, pode estar baseada em formas encontradas de manifestações ou nas fontes de referência em uma das línguas e escrita mais adequadas aos usuários do catálogo
- Forneça o acesso na língua e escrita original sempre que possível
  - Como cabeçalho autorizado ou referência
  - Se translitere, siga as normas internacionais para a conversão de escrita

Figura 15

## 5.2.1 Formas dos Nomes para Pessoas

- Nome consiste de várias palavras, escolher a palavra
  - Seguindo as convenções do país e da língua mais associados à pessoa, como encontrado nas manifestações ou fontes de referência

Figura 16

A Seção 5.2 deslocou-se para os princípios das formas dos nomes: 5.2.1 nas formas do nomes para pessoas (ver Figura 16), 5.2.2 para formas dos nomes para famílias (ver Figura 17), e 5.2.3 para formas dos nomes para entidades coletivas (ver Figura 18), e 5.2.4 para títulos uniformes (ver Figura 19 e 20). Títulos uniformes é uma área que ainda não há um acordo entre os participantes dos encontros IME ICC anteriores.

## 5.2.2. Formas dos Nomes para Famílias

- **Nome consiste de várias palavras, escolher a palavra**
  - Seguindo as convenções do país e da língua mais associada à família, como encontrado nas manifestações ou fontes de referência

Figura 17

### 5.2.3. Formas de Nomes para Entidades Corporativas

- Ordem direta como encontrado nas manifestações ou fontes de referência, exceto
  - Parte de uma jurisdição ou territorial, deve começar ou incluir a forma de uso corrente do nome do território na língua e escrita mais adequados às necessidades dos usuários
- Nome subordinado ou função subordinada é insuficiente para identificar o organismo subordinado, começar com o nome do órgão superior

Figura 18

### 5.2.4. Formas de Títulos Uniforme

- Pode ser apenas o título ou
- Pode ser a combinação de nome/título ou
- O título qualificado pela adição de identificadores, como por exemplo nome corporativo, lugar, língua, data, etc.

Figura 19

#### 5.2.4. Formas de Títulos Uniforme

- Título encontrado com maior frequência na língua e escrita original do catálogo também
- No título original ou
- Título encontrado mais frequentemente nas manifestações

Figura 20

Na Seção 6 do esboço da Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação são escritas conforme FRAD – Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade – e planos para FRSAR para registros de autoridade de assuntos (Requisitos Funcionais para Registros de Autoridades Assunto). Então vamos ver a adição de entidades assunto: conceitos, objetos, eventos, e lugares (ver Figura 21).

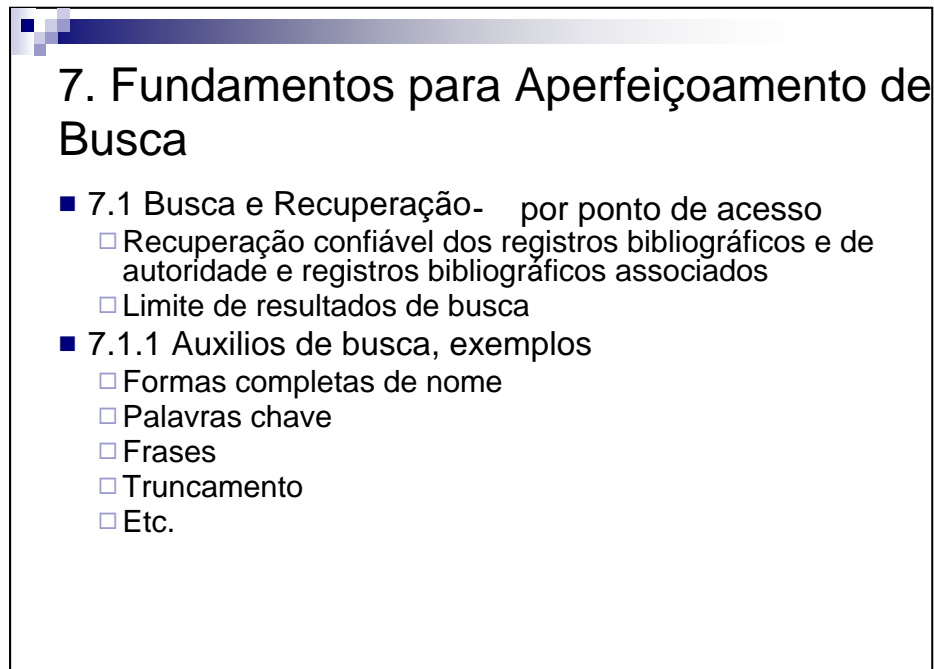
### 6. Registros de Autoridades

- Construir o controle de formas autorizadas de nomes e referências usadas como pontos de acesso (FRAR/FRAD, FRSAR)
  - Pessoa
  - Famílias
  - Entidades corporativas
  - Obras, expressões, manifestações, itens
  - Conceitos
  - Objetos
  - Eventos
  - Lugar



Figura 21

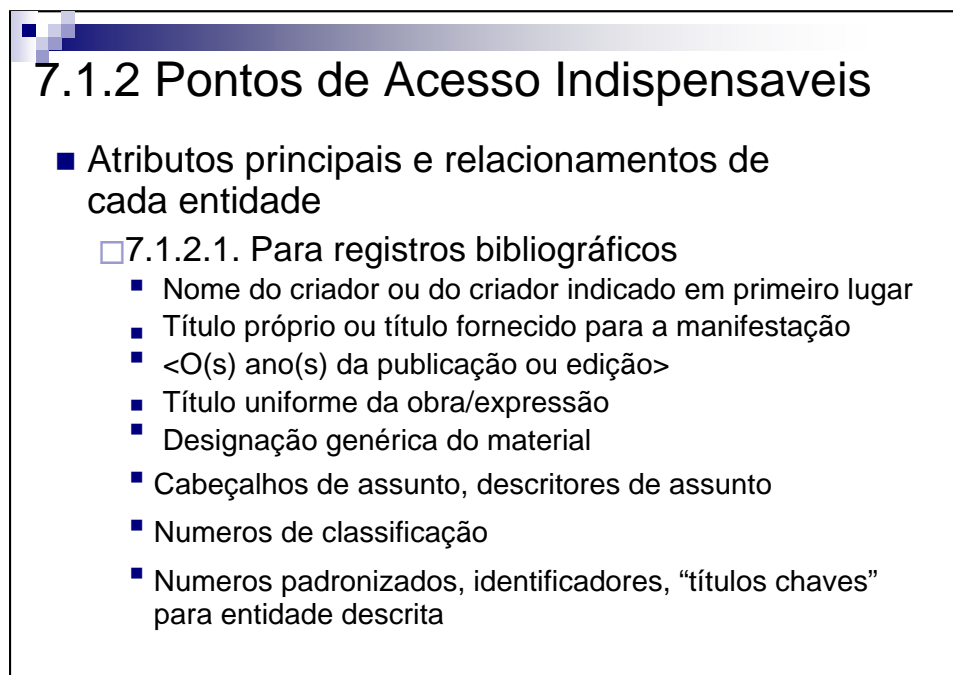
A seção final do esboço da Declaração cobre “ Fundamentos para Aperfeiçoamento de Busca” e propicia sugestões para que os atributos que poderiam ser incluídos e sugestões adicionais como pontos de acesso (ver Figuras 22-24).



**7. Fundamentos para Aperfeiçoamento de Busca**

- 7.1 Busca e Recuperação- por ponto de acesso
  - Recuperação confiável dos registros bibliográficos e de autoridade e registros bibliográficos associados
  - Limite de resultados de busca
- 7.1.1 Auxílios de busca, exemplos
  - Formas completas de nome
  - Palavras chave
  - Frases
  - Truncamento
  - Etc.

Figura 22



**7.1.2 Pontos de Acesso Indispensáveis**

- Atributos principais e relacionamentos de cada entidade
  - 7.1.2.1. Para registros bibliográficos
    - Nome do criador ou do criador indicado em primeiro lugar
    - Título próprio ou título fornecido para a manifestação
    - <O(s) ano(s) da publicação ou edição>
    - Título uniforme da obra/expressão
    - Designação genérica do material
    - Cabeçalhos de assunto, descritores de assunto
    - Numeros de classificação
    - Numeros padronizados, identificadores, “títulos chaves” para entidade descrita

Figura 23

Para registros de autoridades, no item 7.1.2.2 sugestões são mostradas na Figura 24.

## 7.1.2. Pontos de Acesso Indispensáveis

- 7.1.2.2. Registros para autoridades
  - Nomes autorizados ou título da entidade
  - Formas variantes do nome ou título para a entidade

Figura 24

Os atributos de outras áreas da descrição bibliográfica ou registros de autoridades podem servir como pontos de acesso adicionais ou como recursos de filtragem ou limitação de busca quando há um grande número de registros a serem recuperados (ver Figura 25-27). Informamos que nos registros bibliográficos o ano de publicação ainda é um atributo em debate pelos participantes dos encontros IME ICC anteriores.

## 7.1.3 Pontos de Acesso Adicionais

- Atributos de outras áreas da descrição bibliográfica ou registros de autoridades pode servir como
  - ponto de acesso opcional ou
  - Recursos de filtragem ou limitação quando há um grande número de registros a serem recuperados

Figura 25



### 7.1.3 Pontos de Acesso Adicionais

- Nos **registros bibliográficos** incluem (não limitados a):
  - Nomes dos criadores adicionais além do primeiro
  - Nomes de interpretes ou pessoas, famílias, ou entidades colectivas que desempenham outros papéis do criador
  - Títulos paralelos, títulos de iniciais, etc.
  - Títulos uniformes de séries
  - Identificadores de registros bibliográficos
  - Lingua
  - País da publicação
  - O(s) ano(s) de edição da publicação
  - Meio físico

Figura 26

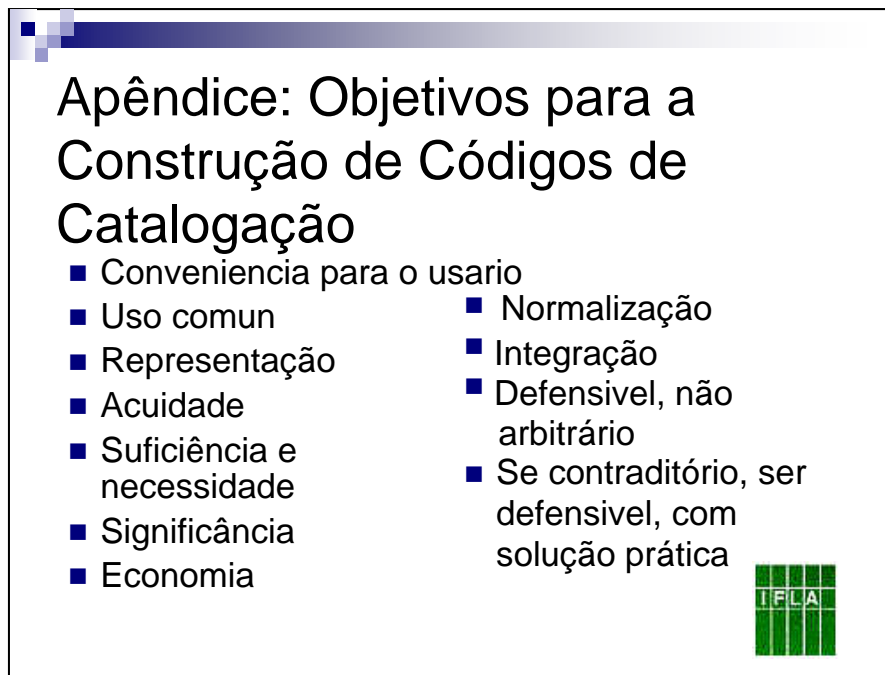
### 7.1.3 Pontos de Acesso Adicionais

- Nos registros de autoridade incluem (não limitados a):
  - Nomes ou títulos de entidades relacionadas
  - Identificadores de registros de autoridade

Figura 27

Em nosso esboço inicial havia a seção 8 para displays, mas foi removido depois da discussão sobre o assunto que estava muito orientado para aplicações de sistemas. Entretanto, os participantes concordaram que poderia ser útil a IFLA publicar diretrizes para analistas de sistemas para elaborarem situações desejáveis para os displays em concordância com os objetivos dos catálogos das bibliotecas e com esses princípios. Há um outro relatório do Grupo de Trabalho da IFLA sobre display de OPAC disponível na IFLANET.

Há também alguns objetivos básicos para a construção de códigos de catalogação listados na Figura 28.



**Apêndice: Objetivos para a Construção de Códigos de Catalogação**

- Conveniência para o usuário
- Uso comum
- Representação
- Acuidade
- Suficiência e necessidade
- Significância
- Economia
- Normalização
- Integração
- Defensível, não arbitrário
- Se contraditório, ser defensível, com solução prática




Figura 28

Nós queremos que os futuros códigos e regras sejam fáceis para a compreensão e proverem muitos metadados para encontrar as necessidades dos usuários – oferecendo dados exatos e com elementos minimamente necessários para identificar os recursos. Adicionalmente, eles devem incluir dados para ajudar o usuário a navegar pelos recursos relacionados.